

Sumário

CAPÍTULO I – DIREITO AGRÁRIO

1. A Definição de Direito Agrário
2. Direito Agrário ou Direito Rural e Autonomia Legislativa
3. Objeto do Direito Agrário e Atividade Agrária
4. Caracterização e Natureza do Direito Agrário
5. Princípios e Fontes do Direito Agrário
6. Relação do Direito Agrário com Outros Ramos do Direito
7. A Origem do Direito Agrário
8. Uma Visão do Direito de Propriedade Através dos Tempos
9. O Sistema da Propriedade Rural desde os Primórdios do Direito Brasileiro
10. As Tentativas de Codificação e a Autonomia do Direito Agrário
11. A Política Agrícola

CAPÍTULO II – O IMÓVEL RURAL

1. A Função Social da Propriedade
2. A Função Social e a Utilização Racional e Adequada da Propriedade
3. Imóvel Rural
4. Tributo Incidente em Imóvel Localizado em Zona Urbana, mas com Destinação Rural
5. Latifúndio
6. Minifúndio
7. Módulo Rural, Módulo Fiscal e Fração Mínima de Parcelamento
 - 7.1. Módulo rural – MR
 - 7.2. Módulo fiscal – MF
 - 7.3. Fração Mínima de Parcelamento – FMP
8. Zona Típica de Módulo – ZTM
9. Propriedade Familiar
10. Tamanho da Propriedade Rural, ou Pequena, Média e Grande Propriedade Rural
11. A Pequena e Média Propriedade e sua Proteção
12. A Pequena e Média Propriedade e a Reforma Agrária
13. Desmembramentos de Imóveis Rurais
14. O Georreferenciamento e o Sistema Geodésico Brasileiro
 - 14.1. A ideia e a finalidade
 - 14.2. A regulamentação
 - 14.3. Prazo para o georreferenciamento
 - 14.4. O Sistema Geodésico Brasileiro
15. Certificado de Cadastro de Imóvel Rural – CCIR
16. Cadastro Nacional de Imóveis Rurais – CNIR
17. Retificação Administrativa de Área
 - 17.1. Casos de retificação administrativa
 - 17.2. Requisitos para o pedido
 - 17.3. A tramitação cartorária
 - 17.4. Remanescentes de áreas alienadas e retificação de divisas por confrontantes
 - 17.5. Hipóteses de dispensa de retificação
 - 17.6. Retificação para aumentar a extensão da área
18. Reforma Agrária

- 18.1. Conceituação na Constituição Federal e no Estatuto da Terra
- 18.2. Objeto e metas da reforma agrária
- 18.3. A política de socialização da terra
- 18.4. Rumos atuais na exploração da terra e o sistema da reforma agrária
- 18.5. A propriedade produtiva
- 18.6. Estimativa do Grau de Eficiência de Exploração – GEE
- 18.7. A metodologia para aferir a produtividade da terra
- 18.8. Graus de utilização e de eficiência para caracterizar a produtividade do imóvel
 - 18.8.1. Quanto ao grau de utilização
 - 18.8.2. Quanto ao grau de eficiência na exploração
19. Desapropriação por Interesse Social para Fins de Reforma Agrária
 - 19.1. O alcance do interesse social e da função social
 - 19.2. Terras insuscetíveis de desapropriação
 - 19.3. Imóveis destinados à reforma agrária e suscetíveis de desapropriação
 - 19.4. Imóveis rurais e sua localização
 - 19.5. A justa indenização
 - 19.6. Juros compensatórios na desapropriação para fins de reforma agrária
 - 19.7. Condições para o assentamento
 - 19.8. Pessoas excluídas em programa de reforma agrária de imóveis desapropriados
 - 19.9. Imóvel remanescente à área desapropriada
 - 19.10. Vistoria do imóvel para fins de reforma agrária
 - 19.11. Desapropriação para fins de reforma agrária por descumprimento da função social de preservação do meio ambiente
 - 19.12. Desapropriação e invasões da área
 - 19.13. Competência para a desapropriação para fins de reforma agrária
 - 19.14. O procedimento da ação de desapropriação para fins de reforma agrária
 - 19.15. A ação que discute o preenchimento dos requisitos para a desapropriação e suspensão da imissão de posse
20. Terras Devolutas como Bens Públicos
 - 20.1. A origem do sentido de terras devolutas
 - 20.2. Caracterização e alcance
 - 20.3. Terras devolutas e terras sem dono ou sem matrícula imobiliária
 - 20.4. Terras devolutas arrecadadas
 - 20.5. Inclusão das terras devolutas como bens públicos
21. A Proteção Possessória e o Descumprimento da Função Social da Propriedade Rural
22. Direito de Superfície Agrária
23. Licenciamento Ambiental para a Atividade Agrária
24. Queimadas para Atividades Agrícolas
 - 24.1. O alcance das queimadas
 - 24.2. A legislação
 - 24.3. Visão da jurisprudência do STJ sobre a matéria
 - 24.4. Indeferimento do pedido de queima controlada por motivo de poluição
25. Áreas de Preservação Permanente, de Uso Restrito e de Destinações Especiais
 - 25.1. Caracterização e especificação das Áreas de Preservação Permanente
 - 25.2. Tratamento para situações especiais das Áreas de Preservação Permanente

- 25.3. Criação de Áreas de Preservação Permanente
- 25.4. Regime de proteção das Áreas de Preservação Permanente
- 25.5. Atividades rurais em Áreas consolidadas de preservação permanente e recomposição
- 25.6. Recomposição de Áreas de Preservação Permanente de até quatro módulos fiscais e de áreas destinadas à reforma agrária
- 25.7. Áreas de uso restrito
- 25.8. Uso ecológico sustentável dos apicuns e salgados
- 25.9. Supressão de vegetação nativa para o uso alternativo do solo
- 26. Área de Reserva Legal ou Ambiental
 - 26.1. Motivações que levaram à Reserva Legal ou ambiental
 - 26.2. A compreensão da área de Reserva Legal ou ambiental
 - 26.3. Fatores que influem na localização da área de Reserva Legal
 - 26.4. As dimensões de áreas a serem preservadas na Reserva Legal ou ambiental
 - 26.5. Condições relativas à constituição de áreas de Reserva Legal
 - 26.6. A utilização da área de Reserva Legal
 - 26.7. Redução da área de Reserva Legal
 - 26.8. Áreas excluídas de constituição de Reserva Legal e inclusão de espécies frutíferas e exóticas para a composição da vegetação
 - 26.9. Redução ou aumento da área de Reserva Legal dos Estados indicada pelo Zoneamento Ecológico-Econômico – ZEE estadual
 - 26.10. Casos do cômputo da Área de Preservação Permanente para a composição da área de Reserva Legal
 - 26.11. A especialização e o registro da Reserva Legal ou ambiental
 - 26.11.1. Regulamentação do Cadastro Ambiental Rural – CAR
 - 26.12. Áreas consolidadas em áreas de Reserva Legal
 - 26.13. Autorização para a exploração de florestas nativas ou sucessoras não integrantes de áreas de Reserva Legal
 - 26.14. Penalidades para aqueles que se omitem em encaminhar o registro da área de Reserva Legal e dispensa de autuações
 - 26.15. Regulamentação do programa de regularização de áreas rurais devastadas
- 27. Áreas Rurais de Preservação Permanente e de Reserva Legal com Isenção do Imposto Territorial Rural
- 28. Recomposição, Regeneração e Compensação de Áreas de Reserva Ambiental ou Legal
- 29. A Instituição de Servidão Ambiental ou de Cota de Reserva Ambiental em outro Imóvel para Fins de Reserva Legal
- 30. Transferência da Obrigação de Implantar a Reserva Legal ou Ambiental ao Adquirente do Imóvel
- 31. A Condição do Prévio Registro da Área de Reserva Legal ou Ambiental para Atos de Transmissão e Desmembramento do Imóvel
- 32. Legitimidade do Adquirente do Imóvel para Responder na Ação de Reparação por Danos Ambientais
- 33. Colonização
 - 33.1. Compreensão
 - 33.2. Objetivos
 - 33.3. Colonização de terras públicas e de terras particulares
 - 33.4. O projeto de colonização
- 34. Transformação de Imóveis Rurais em Urbanos para Fins de Loteamento

35. Loteamento e Desmembramento de Imóveis Rurais
 - 35.1. Conceito e regulamentação
 - 35.2. O procedimento para o loteamento
 - 35.3. Desmembramentos de imóveis rurais para utilização comercial, industrial e comunitária
36. A Discriminação das Terras Públicas
 - 36.1. Propósito visado com a discriminação
 - 36.2. Panorama da legislação
 - 36.3. Terras objeto da discriminação
 - 36.4. O procedimento administrativo
 - 36.5. O procedimento judicial
37. Legitimação de Posse
38. Regularização de Posse em Terras Rurais
39. Regularização de Posse na Amazônia Legal
40. Usucapião de Terras Rurais
 - 40.1. Usucapião pró-labore do Estatuto da Terra
 - 40.2. Usucapião especial de terras rurais e sistemas legais vigentes para o seu reconhecimento
 - 40.3. Sistema legal aplicável para a usucapião de terras rurais
 - 40.4. Requisitos para a usucapião de terras rurais
 - 40.5. O procedimento judicial e administrativo da usucapião especial rural
 - 40.6. Usucapião cartorário extrajudicial
 - 40.7. Usucapião especial rural como matéria de defesa e com reconhecimento de domínio
 - 40.8. A isenção do Imposto Territorial Rural
41. Aquisição de Imóveis Rurais por Estrangeiros
42. Terrenos de Marinha
43. Terras Indígenas
 - 43.1. As terras ocupadas pelos indígenas
 - 43.2. As terras indígenas como direito constitucional
 - 43.3. O tratamento dado pela jurisprudência para a caracterização das terras indígenas
 - 43.4. A regulamentação pelo Estatuto do Índio
 - 43.5. A demarcação das terras e a usucapião indígena
44. Terras Situadas na Faixa de Fronteira
 - 44.1. Elementos formativos e tratamento legal
 - 44.2. Relação da faixa de fronteira com a segurança nacional
 - 44.3. Providências registrárias
 - 44.4. Alienação, pelos Estados, de terras devolutas localizadas na faixa de fronteira e impossibilidade da desapropriação
 - 44.5. A declaração de nulidade da desapropriação de terras devolutas da União transferidas a particular por Estado não titular
45. A Impenhorabilidade do Imóvel Rural
 - 45.1. Conceitos de institutos relativamente ao tamanho da propriedade rural
 - 45.2. A impenhorabilidade da pequena propriedade
 - 45.3. A impenhorabilidade da moradia em imóvel rural e da pequena propriedade rural
 - 45.4. Invalidade da renúncia ao direito da impenhorabilidade
46. O Direito das Águas no Direito Agrário

- 46.1. A lei aplicável em matéria de águas
- 46.2. Águas públicas
 - 46.2.1. A abrangência das águas públicas
 - 46.2.2. A utilização particular da água para as necessidades comuns de pequenos núcleos populacionais e as derivações, captações e lançamentos considerados insignificantes
 - 46.2.3. A utilização particular das águas para finalidades rurais
 - 46.2.4. A outorga de água para a irrigação na agricultura
 - 46.2.5. O pagamento pelo uso de água
 - 46.2.6. O sentido do caráter de domínio público das águas
- 46.3. Águas particulares
- 46.4. Aqueduto ou canalização de águas
- 46.5. Águas supérfluas das correntes comuns e das nascentes
- 46.6. Fluxo das águas pelo prédio inferior ou do escoamento natural das águas
- 46.7. Aproveitamento das águas pluviais
- 46.8. Tirada de águas
- 46.9. Tomada de água
- 46.10. Escoamento de águas estagnadas

CAPÍTULO III – CONTRATOS AGRÁRIOS

- 1. Parceria e Arrendamento Rural
 - 1.1. Conceitos e caracterização
 - 1.2. Leis regulamentadoras
 - 1.3. Natureza dos contratos
 - 1.4. Forma dos contratos
 - 1.5. Prazos de duração
 - 1.5.1. Prazos mínimos para o arrendamento
 - 1.5.1.1. *Arrendamento de lavouras e atividades de exploração florestal*
 - 1.5.1.2. *Arrendamento para a exploração da pecuária*
 - 1.5.2. Prazos mínimos para a parceria
 - 1.5.3. Contratos com prazo indeterminado
 - 1.6. Renovação ou prorrogação do contrato
 - 1.7. Direito de preferência ou preempção na alienação do imóvel
 - 1.7.1. O direito de preferência em favor do subarrendatário
 - 1.7.2. Concorrência de vários arrendatários
 - 1.7.3. Concorrência do condômino e do arrendatário no direito de preferência
 - 1.7.4. Depósito do preço da venda
 - 1.7.5. Direito de preferência ou indenização por perdas e danos
 - 1.7.6. Extensão do direito de preferência à parceria
 - 1.7.7. Abrangência do pedido de preferência a toda a área do imóvel
 - 1.7.8. Procedimento judicial para o exercício do direito de preferência
 - 1.8. Benfeitorias e direito de retenção
 - 1.9. Fixação do preço ou remuneração
 - 1.9.1. No arrendamento
 - 1.9.1.1. *Valor real do imóvel para arbitrar o preço ou remuneração do arrendamento*
 - 1.9.1.2. *Preço potencial da área não arrendada*

1.9.1.3. *Arrendamento de imóvel com benfeitorias*

1.9.1.4. *Reajuste do preço ou remuneração*

1.9.2. Na parceria

- 1.10. Extinção do contrato
 - 1.11. Ação de despejo
 - 1.12. Ação de reintegração de posse
 - 1.13. Venda de imóvel rural objeto de arrendamento ou parceria
 - 1.14. Subarrendamento e subparceria
 - 1.15. Parceria na exploração de madeiras
2. Locação de Imóvel Rural
 3. Contrato de Integração nas Atividades Agrossilvipastoris
 - 3.1. O sistema de integração entre empresas de beneficiamento ou de industrialização de produtos de origem agrossilvipastoril, e o produtor rural
 - 3.2. A lei que regulamentou o sistema de integração
 - 3.3. A abrangência de produtos e atividades no contrato de integração
 - 3.4. Conceitos ou significados de termos e expressões que envolvem a integração
 - 3.5. O fato socioeconômico que leva à formação de novas figuras jurídicas
 - 3.6. Da gênese do contrato de integração no fenômeno social
 - 3.7. A presença de elementos de outros contratos na formação de alguns contratos
 - 3.8. O contrato de integração frente à parceria rural
 - 3.9. O contrato de integração frente ao contrato de sociedade
 - 3.10. A conjugação de elementos da parceria e da sociedade no contrato de integração
 - 3.11. A relação de integração e conjugação de recursos e esforços
 - 3.12. Elementos do contrato de integração
 - 3.13. Requisitos do contrato de integração
 - 3.14. O fórum nacional de integração (Foniagro)
 - 3.15. Comissões para acompanhamento, desenvolvimento e conciliação da integração (Cadecs)
 - 3.16. Normas ambientais e sanitárias
 - 3.17. Relatório de informações da produção integrada (RIPI)
 - 3.18. Documento de informação pré-contratual (DIPC)
 - 3.19. Titularidade das máquinas, equipamentos, instalações e animais entregues pelo integrador ao integrado, e consumo de produtos
 - 3.20. Direitos do integrado na recuperação judicial ou falência do integrador
 - 3.21. O contrato de integração e a relação de emprego
 - 3.22. O tratamento jurídico dado pelos tribunais ao contrato de integração
 - 3.23. Não incidência de contribuições ou tributos nos contratos de integração
 4. Seguro Agrícola ou Proagro
 - 4.1. A caracterização do seguro
 - 4.2. A regulamentação específica e a finalidade
 - 4.3. As causas de cobertura
 - 4.4. Direitos que decorrem do seguro
 - 4.5. Fontes de custeio, extensão da cobertura e administração do seguro
 - 4.6. O Proagro mais
 - 4.6.1. A comprovação das perdas
 - 4.7. Órgão recursal interno

- 4.8. O prêmio ou adicional
- 4.9. A responsabilidade passiva
- 5. Compra e Venda de Safra Futura e Revisão Contratual
- 6. O Preço Mínimo dos Produtos Agrícolas
 - 6.1. A previsão legal da garantia
 - 6.2. Competência para estabelecer o preço mínimo
 - 6.3. As formas de garantia do preço mínimo
 - 6.4. A fixação do preço mínimo abaixo do custo do produto
 - 6.5. A venda de produtos abaixo do preço mínimo
- 7. Contratos Atípicos ou Não Regulamentados Especificamente

CAPÍTULO IV – CRÉDITO RURAL

- 1. O Crédito Rural
 - 1.1. Configuração e objetivos
 - 1.2. Órgãos financeiros que concedem o crédito rural
 - 1.3. Destinatários do crédito rural
 - 1.4. Requisitos para a concessão do crédito rural
 - 1.5. Condições impostas ao financiado
 - 1.6. Tratamento privilegiado concedido pela legislação agrária ao crédito rural
 - 1.7. Títulos de crédito rural
 - 1.8. Modalidades de crédito rural
 - 1.9. Cédulas de crédito rural
 - 1.9.1. Características
 - 1.9.2. Registro imobiliário das cédulas rurais
 - 1.9.3. Cobrança judicial das cédulas de crédito rural
 - 1.9.4. A impossibilidade de penhora, sequestro e arresto em bens objeto da cédula de crédito rural
 - 1.9.5. Perda dos privilégios especiais na transmissão ou transferência dos títulos de crédito rural
 - 1.9.6. Vencimento antecipado da cédula rural
 - 1.9.7. Cédula rural pignoratícia
 - 1.9.7.1. *Conceituação*
 - 1.9.7.2. *Finalidade*
 - 1.9.7.3. *Constituição*
 - 1.9.7.4. Prazo de duração e bens objeto da cédula
 - 1.9.7.5. *A posse dos bens*
 - 1.9.7.6. *Alienação dos bens*
 - 1.9.8. Cédula rural hipotecária
 - 1.9.8.1. *Caracterização*
 - 1.9.8.2. *Objeto da cédula rural hipotecária*
 - 1.9.8.3. *Direitos resultantes da cédula rural hipotecária*
 - 1.9.8.4. *Requisitos do contrato*
 - 1.9.8.5. *Incidência de várias hipotecas sobre o mesmo bem*
 - 1.9.9. Cédula rural pignoratícia e hipotecária
 - 1.10. Nota promissória rural
 - 1.11. Duplicata rural
 - 1.12. Nota de crédito rural

- 1.13. Cédula de produto rural – CPR
 - 1.13.1. Promessa de entrega de produtos e não de pagamento
 - 1.13.2. As características
 - 1.13.3. O endosso e a liquidação
 - 1.13.4. Caráter cambial
 - 1.13.5. A qualificação como título de crédito
 - 1.13.6. A inscrição da cédula no Registro Imobiliário e a execução
 - 1.13.7. A responsabilidade dos endossantes
- 1.14. Equalização dos preços dos produtos e dos encargos financeiros
2. Agronegócio e Títulos de Crédito
 - 2.1. A formação do agronegócio
 - 2.2. Títulos de crédito criados em função do agronegócio
 - 2.3. Regramento relativo ao Certificado de Depósito Agropecuário – CDA e ao Warrant Agropecuário – WA
 - 2.4. Regramentos relativos ao Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio – CDCA, à Letra de Crédito do Agronegócio – LCA e ao Certificado de Recebíveis do Agronegócio – CRA
 - 2.4.1. Quanto ao CDCA
 - 2.4.2. Quanto à LCA
 - 2.4.3. Quanto ao CRA
3. Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf
 - 3.1. Caracterização e criação do Programa
 - 3.2. Regulamentação
 - 3.3. Beneficiários do Pronaf
 - 3.4. Condições para ter acesso ao financiamento
 - 3.5. Objetivos do Pronaf
 - 3.6. Tipos específicos de financiamento
 - 3.7. Seguro da Agricultura Familiar (Seaf)
4. O Reajuste dos Preços das Dívidas Agrárias de Acordo com a Equivalência do Preço do Produto

CAPÍTULO V – EMPRESA AGRÁRIA

1. Empresa Agrária, Agroindústria e Agronegócio
2. Distinção entre a Empresa Agrária e a Empresa Rural definida no Estatuto da Terra
3. Empresário Agrário Individual
4. Estabelecimento Agrário
5. Cultivares
 - 5.1. A formação de cultivares
 - 5.2. Cultivares locais ou tradicionais ou crioulas, e cultivares convencionais, híbridas e transgênicas
 - 5.3. A obtenção de licença para produzir cultivares
 - 5.4. A proteção da cultivar
 - 5.4.1. O prazo de proteção da cultivar
 - 5.5. A utilização de cultivares que não constitui violação ao direito de propriedade
 - 5.6. O preço pelo direito de uso
 - 5.7. A revalidação no Brasil das cultivares autorizadas no exterior

CAPÍTULO VI – TRABALHADOR RURAL

1. Estatuto do Trabalhador Rural
 - 1.1. O trabalho rural e incidência do Estatuto
 - 1.2. Tratamento dado ao trabalhador rural
 - 1.3. Direitos reconhecidos ao trabalhador urbano e ao trabalhador rural
 - 1.4. Direitos próprios do empregado rural
 - 1.5. Contrato de trabalho rural por pequeno prazo
2. Regime Previdenciário aos que Desempenham Atividades Rurais
3. Aposentadoria por Idade
 - 3.1. O direito à aposentadoria
 - 3.2. Tipos de contribuintes
 - 3.3. A concessão da aposentadoria mediante a comprovação do exercício de atividade rural e dispensa de contribuição
 - 3.4. O prazo de carência para a aposentadoria
 - 3.5. Cálculo diferenciado para a apuração do período de contribuição a partir de 2010
4. Aposentadoria por Tempo de Contribuição
 - 4.1. Espécies e condições
 - 4.2. Prazos de carência e distinção do tempo de contribuição
 - 4.3. Cômputo do tempo de serviço rural exercido antes da Lei 8.213/1991, sem recolhimento das contribuições, para fins de concessão de aposentadoria
 - 4.4. Contagem recíproca do tempo de contribuição na atividade rural, urbana e pública
 - 4.5. O valor do benefício
 - 4.6. Documentação para pedir a aposentadoria
5. Aposentadoria do Trabalhador Rural por Invalidez
 - 5.1. A condição da incapacidade total e definitiva para o trabalho
 - 5.2. Tipos de invalidez e prazos do início do benefício
 - 5.3. O valor da aposentadoria
 - 5.4. A carência
 - 5.5. Acréscimo do valor, se necessária a assistência, e cancelamento do benefício
6. Auxílio-Doença
7. Auxílio-Acidente
8. O Benefício da Pensão por Morte do Trabalhador Rural
 - 8.1. O direito ao benefício, o valor da pensão e a carência
 - 8.2. Classes de dependentes e beneficiários
 - 8.3. Cessaçã do benefício e redução do valor
 - 8.4. Exigências para a concessão
 - 8.5. Os beneficiários de segurado que tiver morte presumida
 - 8.6. Inexistência de prazo de decadência para os incapazes
 - 8.7. Cumulação da pensão com outros benefícios
9. Salário-Família
10. Salário-Maternidade
11. Auxílio-Reclusão
12. Abono Anual Acidentário e Abono Salarial Anual
13. Seguro-Desemprego
14. Habilitação e Reabilitação Profissional
15. Acidente do Trabalho
16. Contribuição Previdenciária de Pessoas Ligadas à Atividade Rural

- 16.1. Contribuição do empregador rural pessoa física
- 16.2. Contribuição devida pela pessoa jurídica que atua na área da agroindústria
- 16.3. Contribuição devida pelo segurado rural especial
- 16.4. Contribuição devida pelo segurado rural individual pessoa física
- 16.5. Contribuição de consórcio simplificado de produtores rurais
17. Funrural
 - 17.1. A contribuição Social Rural
 - 17.2. O contribuinte
 - 17.3. Empregador rural pessoa física e período anterior à Lei 10.256/2001
 - 17.4. Pedido de restituição relativamente a pagamentos feitos nos períodos em que não era devida a contribuição
18. Contribuição devida ao Incra

BIBLIOGRAFIA